

# Relator da Mesa promete parecer em 24 horas

O senador Carlos Wilson (PPS-PE), escolhido relator da representação para abertura de processo na Mesa Diretora do Senado por quebra de decoro contra os senadores ACM e Arruda, admitiu ontem que poderá concluir o parecer em até 24 horas.

"Antes do sétimo dia - prazo máximo para apresentação do parecer - estará pronto. Tenho pressa e posso concluir em até 24 horas, mas não serei açodado", ressaltou. "Se precisar, entro pela madrugada

lendo as mais de 2 mil páginas do processo para concluir logo meu trabalho", acrescentou Wilson, que tenta com isso, derrubar ilações de que a Mesa Diretora do Senado colabora com a protelação do processo, favorecendo Arruda e ACM.

Ontem, o presidente do Congresso, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), usou a tribuna do Senado para rechaçar as insinuações de que o prazo máximo de 15 dias úteis concedido à Mesa para concluir a elaboração da

representação favorecia o adversário.

Wilson adiantou que, para elaborar o relatório, se baseará no parecer do senador Saturnino Braga. "Ele fez um trabalho profundo e traduziu tudo o que aconteceu na violação do painel. Por isso, será o meu referencial."

De acordo com a consulta feita por Jader à consultoria jurídica do Senado, esta fase

**Conclusão do processo de cassação só deverá ocorrer no segundo semestre**

do processo não irá durar mais do que 15 dias úteis. Como a ata de mais de sete horas de reunião precisa ser redigida, somente hoje a decisão do Conselho de Ética do Senado será encaminhada à presidência. Assim que receber a decisão, possivelmente, ainda hoje de manhã, Jader convocará a Mesa e comunicará que o rela-

tor terá sete dias úteis para apresentar o parecer.

Embora Wilson queira ser rápido e apresente todo o trabalho nas próximas segunda ou terça-feira, como ventilou, há um prazo de cinco dias úteis para pedido de vistas do relatório, que deverá ser apresentado pelo vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), aliado de ACM. Lobão deverá usar todo o período para apreciar o relatório.

Com isso, a votação na

Mesa só deverá ocorrer na segunda semana de junho, atrasando todo o processo, que ficará para ser concluído somente no próximo semestre.

Aprovada na Mesa, a representação volta ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, que abre prazos para defesa. O processo passará ainda pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, somente então, seguirá para o plenário decidir em votação fechada se cassa ou não os dois senadores. (A.E.)